

CAPÍTULO 3

DISCURSOS ATEMPORAIS E PASSIONAIS

3.1 OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO *CORPUS* E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Neste capítulo, o objetivo é fazer a análise dos discursos políticos produzidos nos períodos clássico, medieval, moderno e contemporâneo. Ao longo da leitura dos discursos, verificamos as incitações ao medo e à esperança, por meio das estratégias argumentativas descritas no capítulo anterior.

A finalidade, ao colocar no mesmo plano de estudo discursos de épocas tão distantes, é o de verificar se existe a tendência de atemporalidade, ou seja, se os discursos políticos, independentemente da época, apresentam-se como fala de poucos (o poder) para muitos (a população) e, ao mesmo tempo, se a passionalidade, isto é, o medo e a esperança, foram usados como parte da estratégia para a persuasão.

Como representantes dos discursos clássicos, selecionamos Sólon de Atenas, Demóstenes e Alexandre Magno. Essas três personagens da história foram escolhidas por estarem em lugares diferentes em relação à democracia. Demóstenes representava a época em que a democracia ateniense estava em seu auge. Em um dos lados de Demóstenes, temos Sólon, que, embora não tivesse vivido os áureos períodos democráticos, contribuiu para que, tempos depois, a implantação da democracia fosse possível. No outro lado de Demóstenes temos Alexandre Magno, que desprezou qualquer esforço em prol do diálogo e contribuiu para a derrocada da democracia, à época.

Os representantes dos discursos medievais foram os papas Gelásio I, Gregório VII e Nicolau V. A principal característica política dessa época era a descentralização. A

divisão territorial em feudos fracionou o poder de forma que nenhum rei detinha condições de influenciar uma região geográfica muito extensa. O que existia de mais consolidado era o poder econômico da Igreja, por ser, à época, grande proprietária de terra. Essa condição econômica oferecia muita influência política e, portanto, entendemos que buscar discursos de membros da Igreja pôde nos trazer um traço do perfil discursivo da política da época. Como o período foi bastante extenso, optamos por um papa do início, outro do meio e outro do fim do período medieval, como forma de verificar se existe a tendência de permanecer nossa perspectiva de atemporalidade e passionalidade.

Para os discursos modernos, como foram de épocas em que reinavam os governos absolutistas, optamos pelos discursos de três reis. A primeira foi a Rainha Elisabeth I. Dona do trono inglês por mais de quarenta anos, essa rainha governou no período em que o absolutismo se fez necessário para combater os constantes conflitos em razão do extenso número de feudos. Além disso, governou em período em que Maquiavel já havia introduzido a teoria que daria início ao período moderno. O segundo foi o Rei Luiz XIV, considerado pelos historiadores o expoente do absolutismo. É fato que o período moderno teve, em todo seu percurso, reis absolutistas, mas Luiz XIV representou o repúdio a qualquer participação no poder. O terceiro foi o Rei George III que ocupou o trono inglês na época da independência da América. Já denota uma época de enfraquecimento do absolutismo.

Os discursos contemporâneos sobre a política ultrapassaram a região da Europa. Os demais continentes já tinham seus arranjos sobre a política e a administração pública de seus países. Como o leque de opções ficou muito extenso e esta pesquisa é produzida no Brasil, optamos por discursos de políticos brasileiros. O primeiro foi Prudente de Moraes, por ser o primeiro presidente civil, eleito pelo voto direto, após a Proclamação da República. O segundo foi Getúlio Vargas, por presidir o Brasil por quase vinte anos. Foi presidente por governo provisório e períodos em que foi eleito direta e indiretamente. O terceiro foi Fernando Henrique Cardoso, primeiro presidente a ser reeleito no Brasil após o processo de redemocratização.

Uma vez definido o *corpus*, estabelecemos as categorias de análises, que são três. A primeira compreende constatar a vinculação dos discursos analisados com os conceitos de política trazidos no primeiro capítulo, isto é, se a intenção comunicativa traz alguma preocupação em evidenciar uma prática política tal qual almejada pelos pensadores de suas épocas. A segunda visa a identificar se é possível encontrar a atemporalidade sob a perspectiva da comunicação de poucos para muitos. A terceira e última objetiva detectar as estratégias argumentativas utilizadas para incitar o medo e a esperança.

3.2 DISCURSOS CLÁSSICOS

Os conceitos políticos clássicos giravam em torno das questões de justiça. Para Platão, o político deveria promover a harmonia social por meio da ideia do bem e

evitar a degenerescência do Estado. Aristóteles, por sua vez, trazia a justiça como virtude. Quem detivesse o poder deveria ter a virtude necessária para alcançar a finalidade da *pólis*, que era a felicidade coletiva.

3.2.1 SÓLON DE ATENAS (638 – 558 A.C.)

Elegia às Musas

Gloriosas filhas da Memória e de Zeus Olímpico, Musas da Piéria, ouvi a minha súplica: dai-me a prosperidade vinda dos deuses abençoados e, vinda de todos os homens, tenha eu sempre boa fama; seja doce com os amigos, amargo com os inimigos, para uns venerável, para outros terrível de se ver. Riquezas desejo ter; adquiri-las injustamente eu não quero; em todo caso depois vem a justiça. A riqueza que os deuses dão acompanha o homem, sólida desde a base mais profunda até o cimo; aquela que os homens buscam com violência não vem em boa ordem; obedecendo a ações injustas segue sem querer, e, rapidamente, se lhe junta a desgraça; o começo é de pouco, como o do fogo, fraco a princípio, penoso no fim. De fato, para os mortais as obras da violência não duram muito tempo. Mas Zeus vigia o fim de todas as coisas e de súbito – como um vento que repentino dispersa as nuvens, primavera, e, após agitar os abismos do mar estéril de muitas vagas e devastar as belas culturas sobre a terra fértil em trigo, chega à inacessível morada dos deuses, o firmamento, de novo deixa ver um céu sereno, brilha o sol em sua força sobre a terra fecunda, esplêndido e nuvem alguma já não se pode ver – tal a vingança de Zeus: ele não se irrita por qualquer motivo como um homem mortal; mas não, jamais lhe escapa esse que tem o coração faltoso, sempre no fim se revela: um paga logo, outro mais tarde; uns fogem pessoalmente – que a Moira divina não sobrevenha e os alcance – ela vem sempre de novo; os sem culpa pagam os atos, ou os filhos deles ou a geração posterior. Nós, mortais, assim entendemos – o nobre e o homem comum – cada qual tem por algum tempo a sua própria opinião, antes de padecer; aí então se lamenta; até esse momento, boquiaberto, nos alegramos com esperanças vazias.

Fonte: Barros (2020, p. 131).

Em relação à primeira categoria, é possível encontrar, praticamente em todo o discurso, uma relação com os conceitos de prática política de Platão e Aristóteles nas passagens:

“tenha eu sempre boa fama”, “Riquezas desejo ter; adquiri-las injustamente eu não quero; em todo caso depois vem a justiça”, “A riqueza que os deuses dão acompanha o homem, sólida desde a base mais profunda até o cimo”, “aquela que os homens buscam com violência não vem em boa ordem”, “obedecendo a ações injustas segue sem querer, e, rapidamente, se lhe junta a desgraça”,

“jamais lhe escapa esse que tem o coração faltoso, sempre no fim se revela: um paga logo, outro mais tarde”.

É farta a quantidade de menções a ações harmoniosas e justas e as punições aos que dessa harmonia e justiça prescindirem. Os termos “boa fama” e “boa ordem” aludem à harmonia. O adjetivo “faltoso”, o advérbio “injustamente” e o objeto direto “a desgraça” fazem a vez do prenúncio ao perigo de se desviar do bom caminho. O resultado de uma ação injusta é “a justiça”, que encontrará o faltoso e o fará “pagar”, cedo ou tarde, pelos erros.

Sobre a segunda categoria, Sólon de Atenas era poeta e tinha um jeito peculiar de falar ao povo, especialmente pelos seus poemas. De acordo com Barros (2020), a literatura da época era o documento que mais representava os acontecimentos sociais e políticos. É possível verificar as flexões verbais com sujeito em primeira pessoa:

“ouvi a minha súplica”, “dai-me a prosperidade”, “tenha eu sempre boa fama”, “riquezas desejo ter”, “adquiri-las injustamente eu não quero”.

Em uma passagem, usa o pronome reto “nós”, em “Nós, mortais, assim entendemos”, mas tão somente com o propósito de se enquadrar entre os mortais. Não servem como sujeito de uma ação. Não encontramos, em nenhuma passagem do discurso, alguma menção à coletividade como coautora. Só identificamos a voz de Sólon de Atenas, ou seja, é um homem público que falou a várias pessoas, no caso, às musas de uma região da Grécia antiga, Piéria.

Em relação às estratégias argumentativas, terceira categoria, identificamos o uso do argumento pragmático, pois permite apreciar um ato em razão de sua consequência. Embora a consequência, no poema, esteja condicionada ao ato e não seja o resultado em si, o autor a deu como líquida e certa, ou seja, caso pratique a violência para obtenção da prosperidade material, as consequências não serão boas. Identificamos isso nas passagens:

“em todo caso depois vem a justiça”, “rapidamente, se lhe junta a desgraça”, “o começo é de pouco, como o do fogo, fraco a princípio, penoso no fim”, “Mas Zeus vigia o fim de todas as coisas”, “jamais lhe escapa esse que tem o coração faltoso”, “um paga logo, outro mais tarde; uns fogem pessoalmente – que a Moira divina não sobrevenha e os alcance – ela vem sempre de novo”.

Identificamos, também, o argumento de direção, pois as mesmas passagens citadas estabelecem uma relação entre os fins (as penas) e os meios (o uso da violência para obtenção de bens). Na relação de coexistência, é nítido o uso do argumento de autoridade para justificar a sua posição em relação à prática de uma vida ética, especialmente nas passagens em que cita Zeus, seja como o Deus capaz de ofertar a prosperidade adequada, seja como o juiz que punirá os que se desviarem do caminho ético. É, portanto, possível ver um discurso que objetiva incitar o medo e a esperança ao mesmo tempo.

3.2.2 DEMÓSTENES (384 – 322 A.C.)

Terceira Filípica

Embora, atenienses, muitos discursos se pronunciem em quase toda assembleia sobre os ataques injustos de Filipe, desde que concluiu a paz, comete não só contra vós, mas também contra todos os demais gregos, e como, eu sei, todos afirmariam, embora assim não faça, que é preciso falar e agir de maneira que ele ponha termo à violência e seja punido, a tal ponto vejo todos os nossos interesses malparados e abandonados que temo seja chocante, mas verdadeiro, dizer: mesmo que quisessem todos os oradores propor e vós decidir por voto medidas pelas quais a nossa situação se tornasse a mais precária possível, penso que ela não poderia estar pior do que agora. [...] Se, portanto, todos estivéssemos de acordo em que Filipe faz a guerra à cidade e transgride o tratado de paz, nada mais seria preciso que o orador dissesse e aconselhasse senão que o repelíssemos do modo mais seguro e mais fácil. [...] De fato, é de se temer que um dia alguém, por ter proposto um decreto e aconselhado que nos defendamos, incida na acusação de ter causado a guerra. [...] Em primeiro lugar, defendendo-nos e preparando-nos, quero dizer com trirremes, fundos e soldados – pois mesmo que todos os demais consintam em ser escravos é a nós que cabe o dever de lutar pela liberdade. [...] É isso o que na verdade eu digo, é isso o que eu proponho. E creio que ainda agora se poderia corrigir a situação, se isso fosse feito. Mas se alguém tem alguma proposta melhor que essa, que se pronuncie e aconselhe. Qualquer que seja a vossa decisão, ó deuses todos, que ela nos traga vantagens.

Fonte: Demóstenes ([384-322], 2001, p. 71-96).

É possível encontrar passagens que remontam às teses suscitadas pelos filósofos Platão e Aristóteles, como:

“sobre os ataques injustos de Filipe, desde que concluiu a paz”, “que é preciso falar e agir de maneira que ele ponha termo à violência e seja punido, a tal ponto vejo todos os nossos interesses malparados e abandonados”, “penso que ela não poderia estar pior do que agora”, “transgride o tratado de paz”, “é a nós que cabe o dever de lutar pela liberdade”, “que ela nos traga vantagens”.

Perpassam todo discurso as questões de harmonia social, de garantia da ordem, de punição ao rei que abandona os interesses da *pólis*. O discurso de Demóstenes se insurge contra Filipe, rei da antiga Macedônia. Há um acordo de paz, o qual Demóstenes entende transgredido pelas atitudes de Filipe. A terceira Filípica é um discurso ardente contra a dissociação entre fala e ato do Rei. Diz Filipe manter a paz, mas comete, na visão de Demóstenes, muitos atos injustos.

Sobre a atemporalidade, segunda categoria, a nossa primeira observação é em relação ao contexto democrático do conteúdo do discurso. É possível verificar que ele é

essencialmente político, na medida em que tentava persuadir sobre a adesão de uma ação futura, sem nenhum tipo de coerção, nas passagens:

“mesmo que quisessem todos os oradores propor e vós decidir por voto”, “Se, portanto, todos estivéssemos de acordo”, “por ter proposto um decreto e aconselhado que nos defendamos”, “É isso o que na verdade eu digo, é isso o que eu proponho” e “Mas se alguém tem alguma proposta melhor que essa, que se pronuncie e aconselhe”.

É evidente que o discurso espera anuência do auditório. Denota o espírito grego no auge da democracia. Todavia, ainda que o ambiente fosse livre de coerção, encontramos um cenário em que os presentes decidiam pela maioria:

“Embora, atenienses, muitos discursos se pronunciem em quase toda assembleia”, “eu sei”, “vejo”, “penso”, “quero dizer”, “eu digo”, “eu penso”, “E creio”.

O vocativo “atenienses” comprova que Demóstenes fala aos participantes da assembleia. As flexões verbais com sujeito em primeira pessoa, denotam o caráter unilateral da fala. Não se trata de opinar, mas de dar razões somente sob seus pontos de vista, sem inserir ninguém como coautor das proposições. Ainda que haja verbos flexionados na primeira pessoa do plural, trata-se de evocar um dever e não de dar direito à opinião:

“nossos interesses”, “estivéssemos de acordo”, “repelíssemos de modo mais seguro”, “defendendo-nos e preparando-nos”.

A incitação ao medo também é presente em:

“é preciso falar e agir de maneira que ele ponha termo à violência e seja punido”.

Ou seja, aceitem minhas considerações para não sofrerem a violência gerada pelo rei. A esperança, ao mesmo tempo, de forma implícita, apareceu como objetivo, nas passagens:

“cabe o dever de lutar pela liberdade” e “que ela nos traga vantagens”.

A liberdade como um valor, uma meta a ser atingida ou não ser perdida serviu de esperança e incitou o *pathos* de forma a contribuir com a adesão para se rebelar contra o rei. E trazer vantagens foi em direção a recuperar os interesses malparados e abandonados.

Sobre as estratégias discursivas, encontramos a investida na dissociação entre a pessoa e seus atos, especialmente no início: “desde que concluiu a paz”, ou seja, desde que aceitou o tratado de paz, mas não parou com “os ataques injustos”. Tenta o orador mostrar que o Rei falava uma coisa, mas fazia outra. No mesmo sentido, temos a passagem “e como, eu sei, todos afirmariam, embora assim não faça” também dissocia as

falas dos oradores na assembleia que diziam ser necessário agir contra Filipe, mas nada fizeram. Encontramos também o uso do par aparência-realidade quando diz: “a tal ponto vejo todos os nossos interesses malparados e abandonados que temo seja chocante”. A aparência é um acordo seguido conforme combinado com o rei Filipe. A realidade é que os interesses dos atenienses estavam malparados e abandonados, a ponto de deixá-lo temeroso.

3.2.3 ALEXANDRE MAGNO (356 – 323 A.C.)

Diálogo dos Mortos XII

Sou superior [...] a todos os anteriores a mim, na arte militar [...]. Basta a fama para [...] esclarecer sobre o rei que eu fui [...]. Persegui os assassinos de meu pai e, depois de aterrar os Gregos com a destruição de Tebas, fui por eles eleito. E não considereei digno, ao cuidar do governo dos Macedônios, contentar-me com comandar quantos meu pai me deixara [...]; invadi a Ásia com um punhado de gente e ganhei a grande batalha de Granico. E tomei a Lídia e a Iónia e a Frígia e, deitando em resumo a mão continuamente a tudo que estava diante de mim, dirigi-me para Isso onde Dario me aguardou com um exército de muitas dezenas de milhares de homens [...]. E para não estar a descrever-te o que se passou em Tiro nem em Arbela, ao menos dirte-ei também que alcancei a Índia e fiz do Oceano a fronteira do meu império. E tomei os elefantes deles e dominei Poros e venci os Citas, que não são homens de somenos, numa grande batalha de cavalaria, depois de atravessar o Tánaís. E favoreci os amigos e puni os inimigos.

Fonte: Sales (1993, n.p).

Alexandre Magno foi um imperador e, como tal, deixou claro em seu discurso que a democracia, no sentido de *demos* (povo) *kratos* (poder), era uma página virada na vida dos gregos. Em paralelo à derrocada da democracia, mostrou que os preceitos de Platão e Aristóteles, nascidos do espírito democrático e coletivo, perdiam validade em um cenário de despotismo. É uma constatação de que toda discussão filosófica da época só era possível em um ambiente democrático. Isso fica evidente nas passagens:

“Persegui os assassinos de meu pai”, “E não considereei digno, ao cuidar do governo dos Macedônios, contentar-me com comandar quantos meu pai me deixara”, “invadi a Ásia”, “tomei a Lídia e a Iónia e a Frígia”, “alcancei a Índia e fiz do Oceano a fronteira do meu império”, “venci os Citas”, “favoreci os amigos e puni os inimigos”.

Em relação à atemporalidade, podemos encontrar um número expressivo de verbos flexionados na primeira pessoa do singular, como: “persegui”, “invadi”, “tomei”, “dominei” e “puni”. Tais verbos não deixam dúvida sobre o viés autoritário desse governante e, por consequência, a política de poucos que falam para muitos.

O medo também é presente em todo discurso, pois o conteúdo, como um todo, esmerou-se em demonstrar que passou por cima de tudo e de todos que atravessaram seu caminho e usou da força para perseguir, aterrar, invadir, tomar, punir. Embora a ideia do medo na política esteja atrelada a algo ruim que esteja por vir (futuro) e o discurso do Magno ressaltou acontecimentos já transcorridos (passado), foi um aviso sobre o que seria capaz de fazer com quem resolvesse tornar-se seu inimigo. Implícito também estava a esperança. Depois de vangloriar-se por todos os seus feitos, deixa claro no final do discurso que a amizade com ele seria bom negócio, na passagem: “favoreci os amigos e puni os inimigos”. A esperança nesse caso, de ausência de democracia e do desencanto em viver sob o humor de um tirano, era de ao menos não ser inimigo dele, assim, teria uma vida, ao menos, livre da truculência do poder.

Ainda que tirano, podemos, por cognição sumária, pensar que o orador pouco ou nada estava preocupado com a recepção de seu discurso e o estado de espírito de seu auditório, mas as estratégias utilizadas no discurso pretendiam demonstrar a sua força como uma espécie de prévia, de quem sabe que sua posição, por ser tão atroz, não angariaria uma legião de fiéis. O argumento pelo exemplo, nas passagens que diz ter perseguido, invadido, tomado, dominado e punido são argumentos que tentam comprovar a sua tese de imperador, de invencível. Ao mesmo tempo, faz uso do argumento por ilustração, especialmente em: “[...]. Basta a fama para [...] esclarecer sobre o rei que eu fui”. Essa passagem teve a função de ressaltar crença já aceita socialmente. O exemplo teria a finalidade de fundamentar sua posição mediante os feitos elencados. A ilustração somente trouxe à tona o que já se tinha como verdade sobre sua pessoa.

Embora possamos rotular que o discurso se situa no universo da *doxa*, na medida em que toda tentativa de convencer o auditório de sua capacidade são proposições de um argumento de direção, os quais relacionam os fins (a vitória) e os meios (todos os métodos utilizados para alcançar essa vitória) e, por isso, chegou a conclusões não necessárias, a autoproclamação de uma infalibilidade pode, por analogia, ser descrita como um argumento quase lógico. Quando o orador inicia com “Sou superior [...] a todos os anteriores a mim, na arte militar [...]”. Basta a fama para [...] esclarecer sobre o rei que eu fui”. Tal assertiva, sob a ótica do próprio orador, traça um sinal de igual entre Alexandre Magno e vencer. É quase uma equação matemática. Se é superior na arte militar, toda e qualquer embate o lança, de antemão, como vitorioso.

3.3 DISCURSOS MEDIEVAIS

Os conceitos políticos medievais foram releituras das obras de Platão e Aristóteles. Enquanto Santo Agostinho entendia a política como a necessidade de o governante criar uma sociedade justa, São Tomás de Aquino ansiava por governos que conduzissem seus governados às virtudes necessárias ao bem da cidade. Ambos, no entanto, consideravam a justiça e a virtude como os meios pelos quais as pessoas chegariam a Deus. Há uma superioridade da finalidade, Deus, em relação aos meios, isto é, justiça e virtude praticadas pelos homens na cidade. Ainda que, socialmente, os homens pudessem ter algum poder, são as regras divinas, traduzidas pela Igreja católica, que detinham superioridade no período medieval.

3.3.1 PAPA GELÁSIO I (410 – 496)

Carta do Papa Gelásio I ao imperador Anastácio*

Há dois poderes, augusto imperador, pelos quais este mundo é governado principalmente, a saber, a sagrada autoridade dos sacerdotes e o poder real. Destes, o dos sacerdotes é o mais importante, pois eles devem prestar contas até mesmo aos reis dos homens no julgamento divino. Você também está ciente, querido filho, que embora tenha permissão para governar com honra sobre a humanidade, ainda assim, nas coisas divinas, você inclina sua cabeça humildemente diante dos líderes do clero e espera de suas mãos os meios de sua salvação. Na recepção e disposição adequada dos mistérios celestiais, você reconhece que deve ser subordinado e não superior à ordem religiosa, e que nessas questões você depende do julgamento deles, em vez de querer forçá-los a seguir sua vontade.

Se os ministros da religião, reconhecendo a supremacia concedida do céu a você em assuntos que afetam a ordem pública, obedecem às suas leis, para que, de outra forma, não obstruam o curso dos assuntos seculares por considerações irrelevantes, com que prontidão você não deve obedecer a quem é atribuído a dispensação dos mistérios sagrados da religião. Portanto, assim como não há pequeno perigo no caso dos sacerdotes se eles se absterem de falar quando o serviço da divindade exige, também não é pequeno o risco para aqueles que desdenham – o que Deus proíbe – quando deveriam obedecer. E se é conveniente que os corações dos fiéis se submetam a todos os sacerdotes em geral que administram devidamente os negócios divinos, quanto mais é devida obediência ao bispo daquela sede que o Altíssimo ordenou estar acima de todos os outros.

Fonte: Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/gelasius1.asp>. Consultado em: maio/2023.

*Carta conhecida como Duo Sunt (“Há dois”, em uma tradução literal). Escrita em 494.

É possível encontrar correlação entre o discurso e o pensamento político da era medieval, nas passagens:

“Há dois poderes, augusto imperador, pelos quais este mundo é governado principalmente, a saber, a sagrada autoridade dos sacerdotes e o poder real. Destes, o dos sacerdotes é o mais importante, pois eles devem prestar contas até mesmo aos reis dos homens no julgamento divino”.

“que embora tenha permissão para governar com honra sobre a humanidade, ainda assim, nas coisas divinas, você inclina sua cabeça humildemente diante dos líderes do clero e espera de suas mãos os meios de sua salvação”.

“você reconhece que deve ser subordinado e não superior à ordem religiosa”.

“você depende do julgamento deles, em vez de querer forçá-los a seguir sua vontade”.

O orador estabelece a existência de dois poderes que regem a cidade: um celestial e outro mundano. Ao primeiro, define como poder do clero; ao segundo, como poder dos reis. Institui uma espécie de acordo entre esses poderes, para uma coexistência pacífica, na medida em que os membros da Igreja respeitam as regras que foram incumbidas aos reis sobre a ordem pública e, ao mesmo tempo, os reis se curvam aos sacerdotes quando o assunto estiver na esteira das questões religiosas. Deixa claro, contudo, a existência de uma hierarquia entre esses poderes, pois, afinal, a finalidade é o encontro com Deus e, nesse assunto, os sacerdotes possuem os meios para conceder, a todos, a salvação.

Sobre a atemporalidade, é possível encontrar a fala de um representante da Igreja a um imperador sobre a supremacia do poder de ambos sobre a maioria da população, nas passagens a seguir:

“reconhecendo a supremacia concedida do céu a você em assuntos que afetam a ordem pública, obedecem às suas leis”.

“Você também está ciente, querido filho, que embora tenha permissão para governar com honra sobre a humanidade”.

“E se é conveniente que os corações dos fiéis se submetam a todos os sacerdotes em geral que administram devidamente os negócios divinos”.

O orador coloca toda a população como submissa aos dois poderes (reis e sacerdotais), pois o rei recebeu a supremacia para reger a ordem pública e os corações dos fiéis devem ser entregues às ideologias da Igreja. O orador não se inclui, no discurso, como detentor de poder, porque são os sacerdotes e os bispos que as pessoas devem se submeter. Entretanto, o orador é o Papa e, como tal, figura-se como a maior autoridade da Igreja e, por isso, sacerdotes e bispos estão subordinados a ele. Portanto, embora o auditório do orador seja uma única pessoa, um rei, materializa o povo (a maioria), como pessoas que não participam das decisões tomadas dentro do poder.

Sobre os procedimentos argumentativos utilizados nos discursos, podemos iniciar com a lógica do verossímil. A instituição de dois poderes não nasceu da relação natural entre eles tampouco da necessidade da divisão terrena e celeste. Foi dada por mera convenção entre a Igreja e o régio poder. Não se trata de um encadeamento de proposições que nos levam a uma conclusão necessária. Vemos também o uso do lugar da ordem, quando considera que o poder sacerdotal vem primeiro em relação à importância. O lugar da pessoa foi usado para atribuir valor social aos membros da Igreja e ao rei nas passagens: “a sagrada autoridade dos sacerdotes e o poder real”, “governar com honra sobre a humanidade”, “reconhecendo a supremacia concedida do céu a você”, “a todos os sacerdotes em geral que administram devidamente os negócios divinos” e “é devida obediência ao bispo daquela sede que o Altíssimo ordenou estar acima de todos os outros”. Na mesma linha, temos o argumento de autoridade, quando utiliza Deus para justificar determinadas posições, especialmente na passagem em que o Altíssimo ordenou a supremacia dos bispos sobre todos, ou seja, a conclusão de que aos bispos cabe o poder religioso, que vem da vontade do Deus. O processo de comparação é usado nas passagens em que os limites dos poderes são estabelecidos. Ao rei, a cidade; ao sacerdote, a religião. Ambos possuem a prerrogativa de exercer o poder. Ao mesmo tempo, aproximam (quando os tornam iguais no direito de governar) e se distanciam (quando os tornam diferentes sobre o que governar). O argumento por ilustração é usado para fundamentar a existência de dois poderes, quando diz que os ministros da religião reconhecem a supremacia concedida do céu ao rei sobre assuntos de ordem pública, logo, com prontidão, os ministros devem obedecer aos membros da Igreja em relação aos sagrados assuntos da religião.

O medo fica implícito no adjetivo “sagrada” e nos substantivos “salvação”, “julgamento”, “obediência” e “risco”. Justificar a superioridade do poder dos sacerdotes se associa à sagrada autoridade. O termo “sagrada”, por si, impõe certo comedimento. A “salvação”, por sua vez, remete ao futuro. Dá aos sacerdotes o poder de “julgamento” das ações dos reis e, com isso, a possibilidade de gerir o caminho a Deus sem sofrimento. A “obediência” ao bispo afirma-se pela autoridade do Altíssimo. A desobediência oferece “risco”; e não é pouco. É possível ver que o orador se vale do oculto como subterfúgio de impor sua vontade pela criação de um cenário de medo, de possíveis repreendas. A esperança, por seu turno, perpassa pelos mesmos caminhos. Obedecer aos sacerdotes levará o rei a Deus, garantirá a salvação.

3.3.2 PAPA GREGÓRIO VII (1020 – 1085)

Deposição de Henrique IV por Gregório VII

Especialmente a mim, como teu representante, foi entregue e a mim foi dado pela graça de Deus o poder de atar e desatar nos céus e na terra. Apoiando-me, portanto, nessa fé, para a honra e defesa da Igreja e em nome do Deus onipotente, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, pelo teu poder e autoridade, retiro do Rei

Henrique, filho do Imperador Henrique, o govêrno (*sic*) de todo o reino dos germanos e da Itália. Porque êle (*sic*) se levantou contra a tua Igreja com orgulho e arrogância. Liberto todos os cristãos do vínculo do juramento que fizeram, ou fizerem, em favor dêle (*sic*). Proíbo a qualquer pessoa lhe sirva como rei, pois é justo que quem tende a diminuir a honra da tua Igreja perca até mesmo a honra que parece ter. E visto, que êle (*sic*) desprezou a obediência cristã e não voltou ao Senhor que abandonou – mantendo relações com os excomungados; cometendo muitas iniquidades (*sic*); desprezando meus conselhos que, como és testemunha, lhe dei para a sua salvação, separando-se de tua Igreja e tentando dividi-la – em teu nome eu o ligo com o vínculo do anátema. Confiando em ti eu assim o ligo para que os povos possam saber e reconhecer que tu és Pedro e sôbre (*sic*) esta tua pedra o Filho do Deus vivo construiu a sua Igreja e que as portas do inferno não prevalecerão contra ela.

Fonte: Bettenson (1967, p. 146). **Carta escrita em 1076.**

O papa Gregório VII interfere no poder régio. Embora o registro do discurso da deposição aconteça cinco séculos após a carta de Gelásio I, mantém a hierarquia de um poder sobre o outro. Remete aos conceitos de Santo Agostinho na supremacia da Cidade de Deus em relação à Cidade dos Homens, especialmente pelas condutas, expressas nas passagens:

“Porque êle (*sic*) se levantou contra a tua Igreja com orgulho e arrogância.”

“êle desprezou a obediência cristã e não voltou ao Senhor que abandonou – mantendo relações com os excomungados; cometendo muitas iniquidades (*sic*); desprezando meus conselhos”.

Agir com orgulho e arrogância, desprezar membros do poder celestial, ter relações com excomungados, atitudes contrárias à moral da Igreja são ações que, de acordo com Gregório VII, merecem repressão da autoridade religiosa. Expressa a superioridade e a força da Igreja na Idade Média e coadunam com os conceitos políticos da época.

Em relação à atemporalidade, vemos um papa empossado de um poder soberano, sem nenhuma menção à participação da população na decisão de depor o rei. Os verbos flexionados na primeira pessoa: “retiro”, “liberto”, “proíbo” evidenciam a ausência de deliberação. O discurso é proferido de forma que a decisão só é comunicada. É um que fala a muitos.

Sobre as estratégias argumentativas, encontramos o argumento de autoridade na medida em que sustenta a sua posição em um poder que lhe foi instituído pelo Deus onipotente. Na relação de ligações de coexistência, encontramos a estratégia de relacionar a pessoa e seus atos, pois desqualifica o rei com as expressões “orgulho” e “arrogância” e, pelas ações de diminuir a honra da igreja, insurge-se contra a honra do rei. O lugar da essência também é possível encontrar na menção à Igreja. O Deus é onipotente e deu poder ao papa para agir em nome da honra e da defesa da Igreja, lugar de representação, por definição (do papa), das vontades e

interesses do Altíssimo. O uso do argumento pragmático é marcado na justificativa da deposição em razão das consequências dos atos do rei, como desprezar a obediência cristã, tentar contra honra da Igreja, manter relações com excomungados e cometer iniquidades.

A incitação ao medo é presente na materialização do texto. Embora a carta relate a punição a um rei, fica claro que qualquer tentativa de prejudicar a Igreja será punida pelo papa. Isso pode ser em relação a um rei ou a um cidadão, isto é, contra qualquer pessoa que despreze os conselhos cristãos, que atente contra a honra da Igreja. A esperança por sua vez está expressa na salvação. É o antídoto contra todo medo aguçado em desrespeitar os preceitos da Igreja.

3.3.3 PAPA NICOLAU V (1397 – 1455)

Bula *Dum Diversas* – Dirigida a D. Afonso V (rei de Portugal)

(...) nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades (...) e reduzir suas pessoas à perpétua escravidão, e apropriar e converter em seu uso e proveito e de seus sucessores, os reis de Portugal, em perpétuo, os supramencionados reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades, possessões e bens semelhantes (...).

Fonte: Disponível em: <https://www.geledes.org.br/1452-55-quando-portugal-e-igreja-catolica-se-uniram-para-reduzir-praticamente-todos-os-africanos-escravatura-perpetua/>. Bula escrita em 1452. Consultado em: maio/2023.

O conteúdo da carta sugere a continuidade de dois poderes, desde o papa Gelásio I, em 494. Praticamente um milênio depois, o régio poder e a Igreja continuam em uma relação de interesses mútuos. A política, conforme Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, é o meio para chegar a Deus. Governar as pessoas com valores cristãos, portanto, era o caminho desejado pela Igreja. Isso fica claro na passagem: “os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo”. Vale dizer que o discurso está consonante com os conceitos políticos da época.

Sobre nossa perspectiva de atemporalidade, também é evidente que o poder é exercido pelos membros da Igreja, em conjunto com o régio poder, e a maioria da população fica de fora das decisões: “nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica”. Os pronomes “nós” e “nossa” se referem aos membros da Igreja e não há nenhuma menção à deliberação, eleição ou qualquer outra ação parecida que envolva terceiros. São poucos que decidem pela maioria sobre a condenação de um povo à perda de todos os bens e à escravidão perpétua.

No que diz respeito às estratégias argumentativas, podemos encontrar o lugar da qualidade, na medida em que a crença cristã é alocada acima dos valores dos árabes e dos pagãos, na passagem: “subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo”. Nessa mesma passagem, há ligações de coexistência com o uso da pessoa e seus atos, pois entendem que os inimigos de Cristo são pessoas que devem ser subjugadas, pelo fato de não agirem em favor dos valores da Igreja. Outra ligação de coexistência é o argumento de autoridade, especialmente quando invoca a “nossa Autoridade Apostólica”: se a Igreja é apostólica, ou seja, criada em função dos apóstolos de Cristo, são representantes de uma instituição que nasce pelas ordens de Cristo que, por sua vez, é filho do Altíssimo. Dessa forma, trazem Deus para dar autoridade em suas decisões.

Tais estratégias argumentativas contribuem para provocar o medo, pois é um dever seguir a doutrina da Igreja, sob pena de, perpetuamente, tornar-se escravo e perder todos os bens, em um tom implacável nas passagens:

“invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam”.

“reduzir suas pessoas à perpétua escravidão”.

“apropriar e converter em seu uso e proveito e de seus sucessores”.

A esperança, nesse discurso, tem relação expressa com o medo. É não agir das formas que ensinam a punição que dá a esperança de viver sem que um rei, amparado pela permissão celeste, que vem dos membros da Igreja, aniquile a liberdade e o direito à propriedade.

3.4 DISCURSOS MODERNOS

Os conceitos sobre política na Idade Moderna tiveram um ponto de inflexão. No início, em face das constantes guerras e desentendimentos provocados pela existência de inúmeros feudos, houve a necessidade de centralização do poder. Maquiavel, embora simpatizante do regime republicano, aconselhou a família Médici ao absolutismo, pois, na visão dele, era a única forma de diminuir os conflitos, uma vez que todos ficariam subordinados a uma única instância de poder.

O poder absoluto, no entanto, embora tenha diminuído os conflitos pela luta territorial, trouxe, ao mesmo tempo, muitos inconvenientes da centralização de poder. Os contratualistas, os liberais e Kant advogaram por um regime, embora com poder centralizado, baseado em regras previamente definidas que garantissem não só a paz coletiva como o direito às liberdades individuais que ficaram comprometidas pelo excesso de poder do régio poder.

3.4.1 RAINHA ELIZABETH I (1533 – 1603)

Discurso de Rainha Elisabeth I ao povo inglês

Meu povo carinhoso, algumas pessoas que se preocupam com a minha segurança convenceram-me a ter cuidado com a forma como me relaciono com multidões armadas, devido ao medo de traição, mas digo-vos que não desejaria continuar a viver se desconfiasse do meu povo fiel e carinhoso. Os tiranos que temam!... Venho para o meio de vós neste momento... estando decidida a sacrificar a minha honra no calor do combate, pelo meu Deus, pelo meu Reino e pelo meu Povo, e a derramar o meu sangue nesse campo de batalha. Sei que tenho o corpo de uma mulher fraca e frágil, mas tenho o coração e coragem de um rei, e de um rei da Inglaterra.

Fonte: Silva (2019). Proferido em 1588.

O discurso da rainha coincide com o apelo ao absolutismo da época em que foi proferido. É possível verificar uma exortação, uma rogativa para a união de um povo frente a qualquer ameaça ao território inglês, mesmo que nesse período ainda não houvesse o conceito de nação. As passagens que se seguem demonstram esse chamamento:

“Meu povo carinhoso”.

“mas digo-vos que não desejaria continuar a viver se desconfiasse do meu povo fiel e carinhoso”.

“Venho para o meio de vós neste momento”.

“estando decidida a sacrificar a minha honra no calor do combate, pelo meu Deus, pelo meu Reino e pelo meu Povo”.

O pronome possessivo em “meu povo” introduz a comunhão do povo e o poder. Traz para si o empenho de seu povo com os adjetivos “fiel” e “carinhoso” e se mistura a eles com o “venho para o meio de vós”, pois sabe que não protegeria reino algum com as próprias mãos. Há a necessidade de convencê-los a vir com ela em qualquer ameaça ou suspeita de traição, pois ela está decidida a se sacrificar, “pelo meu Deus, pelo meu Reino e pelo meu Povo”.

Identificamos que nossa perspectiva de atemporalidade também está presente, pois o discurso é feito na primeira pessoa, evidente nas passagens: “meu povo”, “minha presença”, “me relaciono”, “digo-vos”, “venho”, “decidida”, “meu sangue”, “sei”, “tenho”. Não demonstra nenhum tipo de deliberação prévia. O discurso é feito pela rainha ao povo, que é convidado ao embate quando necessário.

Sobre as estratégias discursivas, encontramos o par aparência-realidade na passagem em que traz “o corpo de uma mulher fraca e frágil” como uma combatente, na medida em que uma mulher fraca e frágil jamais seria uma combatente,

mas, na sequência, traz o processo de comparação quando se iguala a um rei: “mas tenho o coração e coragem de um rei, e de um rei da Inglaterra”. O lugar da pessoa também é destacado na medida que se enaltece, com predicativos de uma verdadeira combatente, nas passagens: “estando decidida a sacrificar a minha honra”, “derramar meu sangue”, “coragem de um rei”. Essas mesmas passagens aludem ao lugar da essência, pois o verdadeiro combatente é o que “sacrifica a honra”, “derrama o sangue” e “tem coragem”. Também podemos inferir o lugar do existente, porque a rainha pressupõe suas qualidades de rainha e a complacência de seu povo como existentes em face de uma possível traição. Fica evidente também o argumento por ilustração, ao elencar supostos feitos, como “sacrificar a honra”, “derramar o meu sangue”, que não tem o objetivo de provar que isso faria, mas tão somente conseguir a adesão do auditório.

O discurso apela mais à esperança do que ao medo. O medo está presente somente na possível traição, mas em todo discurso há um apelo à esperança de que a rainha derramará seu sangue pelo seu reino e pelo seu povo e, por consequência, poderá manter o poder e a diminuição dos conflitos.

3.4.2 REI LUÍS XIV (1638 – 1715)

Resposta ao Parlamento de Paris

E somente na minha pessoa reside o poder soberano... é somente de mim que os meus tribunais recebem a sua existência e a sua autoridade; a plenitude desta autoridade, que eles não exercem senão em meu nome, permanece sempre em mim, e o seu uso nunca pode ser contra mim voltado; é unicamente a mim que pertence o poder legislativo, sem dependência e sem partilha; é somente por minha autoridade que os funcionários dos meus tribunais procedem [...]; toda a ordem pública emana de mim, e os direitos e interesses da nação, de que se pretende ousar fazer um corpo separado do Monarca, estão necessariamente unidos com os meus e repousam inteiramente nas minhas mãos.

Fonte: Marques (2003, p. 18). **Data da escrita imprecisa.**

Em todo o discurso encontramos um tom de autoridade. Diferentemente da Rainha Elizabeth I, que, embora absolutista, usava o discurso para uma comunhão com seus governados, o orador ressalta sua autoridade não só aos franceses, expresso em “toda ordem pública emana de mim”, mas também aos Poderes Judiciário e Legislativo, nas passagens:

“é somente de mim que os meus tribunais recebem a sua existência e a sua autoridade; a plenitude desta autoridade, que eles não exercem senão em meu nome, permanece sempre em mim, e o seu uso nunca pode ser contra mim voltado”.

“é unicamente a mim que pertence o poder legislativo, sem dependência e sem partilha”.

“é somente por minha autoridade que os funcionários dos meus tribunais procedem”.

Sobre a atemporalidade, há um número extenso de termos que se referem à pessoa do orador: “minha pessoa”, “somente de mim”, “meus tribunais”, “senão em meu nome”, “sempre em mim”, “nunca pode ser contra mim voltado”, “unicamente a mim”, “por minha autoridade”, “emana de mim”, “nas minhas mãos”. Não há mensagens implícitas e, qualquer esforço de tentar enxergar menção a algum pacto, é infrutífero. O discurso é inteiro despótico.

A respeito das estratégias argumentativas, o discurso não corresponde a um orador disposto a tocar as paixões de seu auditório. O objetivo foi somente anular qualquer posição contrária à enunciada pelo monarca. A argumentação não encontra espaço em nenhum ambiente demasiadamente autoritário. Na passagem “E somente na minha pessoa reside o poder soberano”, o advérbio “somente” exclui toda e qualquer possibilidade de outra pessoa ter o poder. Nas passagens: “é somente de mim que os meus tribunais recebem a sua existência e a sua autoridade”, “que eles não exercem senão em meu nome” e “e o seu uso nunca pode ser contra mim voltado”, o Poder Judiciário só existe para julgar em nome do monarca, pelos interesses do monarca e nunca contra ele. O legislativo só existe para criar leis que beneficie o orador, na passagem: “é unicamente a mim que pertence o poder legislativo, sem dependência e sem partilha”. A população também se subordina, porque a ordem pública emana do orador, explícito na passagem: “os direitos e interesses da nação [...] estão necessariamente unidos com os meus e repousam inteiramente nas minhas mãos”.

A esperança não encontrou guarida nesse discurso. Toda a autoridade é ressaltada para espalhar o medo, seja para população, seja para as autoridades subordinadas ao monarca.

3.4.3 REI GEORGE III (1760 – 1820)

Carta sobre a perda da América

A América está perdida! Devemos cair sob o golpe? Ou temos recursos que podem reparar o dano? Quais são esses recursos? Devem ser procurados em regiões distantes de posse precária, ou devemos procurá-los em casa nos esforços de uma nova política? A situação do Reino é nova, a política que deve governá-lo deve ser igualmente nova, ou não adaptada aos males reais do momento presente, nem aos temidos do futuro. Por um século, o Esquema Colonial tem sido o sistema que tem guiado a Administração do Governo Britânico. Era bem sabido que de todos os países sempre existe uma emigração ativa de pessoas instáveis, descontentes ou infelizes, que falhando em seus esforços para viver em casa, esperam ter mais

sucesso onde houver mais empregos adequados à sua pobreza. [...] Essa visão comparativa de nossos antigos territórios na América não é apresentada com a intenção de diminuir as consequências de uma futura amizade e conexão com eles; pelo contrário, é de se esperar que colheremos mais vantagens de seu comércio como amigos do que jamais poderíamos obter deles como colônias.

Fonte: Disponível em: <https://www.royal.uk/sites/default/files/media/georgeiii.pdf>. Consultado em: maio/2023.²⁹

De acordo com o website da família real da Inglaterra, o Rei George III era o poder quando os Estados Unidos da América declararam sua independência e seu reinado poderia ter sido colocado em risco, mas, em face de sua forte defesa, do que via como interesse nacional, tornou-se mais popular do que antes. O discurso deixa transparecer uma correlação com as críticas que os contratualistas, os liberais e Kant fizeram ao excesso de poder. Embora o Rei fosse soberano, já fazia uso da argumentação para persuadir seus governados, diferentemente do Rei Luís XIV, que reinava de forma exclusiva.

Sobre o ponto de vista da atemporalidade, podemos até encontrar os verbos flexionados na primeira pessoa do plural: “devemos”, “temos”, “colheremos”, “poderíamos”, como se envolvesse todos na decisão, mas, no entanto, não passa de uma figura de comunhão, em que o orador pretende fazer do auditório parte integrante de sua exposição. Entretanto, a decisão já é tomada, na passagem: “A situação do Reino é nova, a política que deve governá-lo deve ser igualmente nova”, com a justificativa de que, por um século, “o Esquema Colonial tem sido o sistema que tem guiado a Administração do Governo Britânico”.

Sobre as estratégias argumentativas, vemos o uso da lógica do verossímil presente, à medida que o orador tenta persuadir a população de que é melhor modificar a política britânica, que viveu o último século em função do sistema colonial. O lugar da qualidade é destacado na passagem: “colheremos mais vantagens de seu comércio como amigos do que jamais poderíamos obter deles como colônias”, ou seja, é melhor ter a América como amiga e disso extrair vantagens comerciais do que tomar todo o tempo da administração do governo britânico. Nessa mesma passagem podemos subentender o lugar da quantidade, pois as vantagens do comércio têm relação com melhores condições econômicas ou de quantidade de itens comercializados. O processo de comparação também está presente quando diz:

“Essa visão comparativa de nossos antigos territórios na América não é apresentada com a intenção de diminuir as consequências de uma futura amizade e conexão com eles; pelo contrário, é de se esperar que colheremos mais vantagens”.

O argumento por semelhança pode ser encontrado na invocação de uma regra de justiça entre as administrações da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, na passagem:

²⁹ Esse discurso foi extraído do referido site na língua inglesa. A tradução é do autor.

“A situação do Reino é nova, a política que deve governá-lo deve ser igualmente nova [...] Por um século, o Esquema Colonial tem sido o sistema que tem guiado a Administração do Governo Britânico; [...] é de se esperar que colheremos mais vantagens de seu comércio como amigos do que jamais poderíamos obter deles como colônias”.

A colônia deixa de guiar a administração do governo britânico e, automaticamente, ensaja a necessidade da criação de uma administração na América. Com isso, cada qual com os encargos de sua administração, a Inglaterra vislumbra a possibilidade de melhores condições comerciais. Encontramos, na mesma passagem, o argumento dos inseparáveis, pois a independência da América não é possível sem o ônus da criação de uma administração local. O argumento por exemplo é utilizado na passagem:

“Era bem sabido que de todos os países sempre existe uma emigração ativa de pessoas instáveis, descontentes ou infelizes, que falhando em seus esforços para viver em casa, esperam ter mais sucesso onde houver mais empregos adequados à sua pobreza”.

Podemos extrair, também desse exemplo, o argumento por ilustração, que visa a reforçar uma regra já aceita socialmente, na passagem: “pessoas instáveis, descontentes ou infelizes, que falhando em seus esforços para viver em casa”, na medida em que reforça a ideia de que a migração é para os que falham em seus esforços de viver em casa.

A estratégia lança mão de incitar o medo, à medida que cita um golpe sobre o qual não há muito o que fazer devido à escassez de recursos para dar sequência em uma guerra, sobre os males reais do momento presente e aos temidos do futuro. Ao mesmo tempo, incita o auditório na esperança de uma nova política, com apelo nacionalista, pois, sem se preocupar com a administração da nova colônia a Inglaterra sairia vantajosa em dois aspectos: a) desobrigaria o governo britânico de se ocupar com a administração da colônia; e b) traria melhores vantagens comerciais.

3.5 DISCURSOS CONTEMPORÂNEOS

A ideia contemporânea nasce com o fim dos reinados absolutistas. A partir da Revolução Francesa desencadeia o anseio por regimes mais participativos. Embora o modelo grego clássico de participação direta não seja mais possível, em razão de a população ter crescido em número que torne impraticável a reunião de todos os seus membros, cresce o movimento de agrupamentos de pessoas para pressionar determinadas pautas de interesses mais coletivos.

3.5.1 PRUDENTE DE MORAIS (1841 – 1902)

Discurso de Posse – 15 de novembro de 1894

[...] Ao passo que a monarquia caiu sem a menor resistência, não obstante haver dominado o país durante setenta anos com o seu regime centralizador, – a República, apesar de sua curta e perturbada existência, defendeu-se heroicamente e venceu a poderosa revolta restauradora, porque tinha a seu lado a opinião nacional, manifestada pelo consenso unânime dos Estados, que, havendo experimentado a influência benéfica da autonomia, que lhes deu o novo regime, não se sujeitarão jamais a retrogradar à condição de províncias sem recursos, manietadas em seu desenvolvimento pelas peias atrofiantes da centralização. [...]

Fonte: Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242846/000702466.pdf>. Consultado em: maio/2023.³⁰

O contexto do pronunciamento se dá muito próximo à Proclamação da República e, às voltas com um movimento em favor do retorno à monarquia, faz seu discurso de posse em prol da república, sem qualquer tipo de menção à força física. Na Idade Contemporânea, tanto Hegel e Marx quanto Arendt e Habermas já se pautavam na necessidade de regras, via lei, e no diálogo, dentro de um pressuposto democrático. As passagens “porque tinha a seu lado a opinião nacional” e “consenso unânime dos Estados” revelam não uma ausência de conflito, mas uma resolução baseada em “opinião”, na geração de “consenso”.

Em relação à atemporalidade, embora o orador não faça uso de verbos que indiquem a primeira pessoa, tanto no singular quanto no plural, e nos permitam apontar que o discurso é de poucos para muitos, temos evidências de ordem social: a opinião nacional, que deu a força necessária para banir a monarquia, embora carregue o adjetivo “nacional” está atrelada ao “consenso unânime dos Estados, que, havendo experimentado a influência benéfica da autonomia [...]”. O benefício da autonomia é de Estado Federado, pois o “E” maiúsculo em “Estado” se associa à definição de instituição e, por isso, faz referência ao pequeno grupo de pessoas que administram a instituição “Estado”, e não ao conjunto de pessoas que pertencem ao “estado”, região geográfica, que o “Estado” instituição gerencia.

Referente às estratégias argumentativas, encontramos o lugar da qualidade nas comparações entre monarquia e república. De acordo com o orador, a república contém qualidades superiores às da monarquia. A primeira, embora tenha uma existência perturbadora, oferece autonomia administrativa e possibilidade de gerir os próprios recursos. A segunda, por sua vez, retira a liberdade administrativa com “manietadas em seu desenvolvimento pelas peias atrofiantes da centralização”.

³⁰ O autor adaptou o texto original à ortografia vigente.

Vige a lógica do verossímil, na medida em que as constatações para ressaltar as qualidades da república partem de premissas ligadas às preferências do orador, e não por premissas resultantes de inferências que levem às conclusões a que chegou. O processo de comparação também está presente, pois usa as características dos dois sistemas para distanciá-los em termos de benefícios sociais. Na mesma linha de raciocínio podemos destacar o argumento pragmático e o argumento de direção. O primeiro é porque a preferência pela república é ressaltada em razão de liberdade administrativa e ausência das “peias atrofiantes da centralização”. O segundo é por estabelecer a relação entre o fim e os meios: desqualificar a monarquia pelo conhecimento de os meios administrativos culminarem em centralização de poder e asfixiação de políticas locais.

É possível, mediante todas essas estratégias, encontrar o medo e a esperança. O medo fica vinculado às mazelas, de acordo com o orador, encontradas na administração monárquica: centralização de poder na figura do rei, repressão da capacidade de gestão local, perpetuação de poder na mão de um déspota. A passagem: “havendo experimentado a influência benéfica da autonomia, que lhes deu o novo regime, não se sujeitarão jamais a retrogradar à condição de províncias sem recursos” oferece a esperança de um novo regime administrativo, com mais liberdade para tomar decisões e pautadas em instituições de Estado, e não na vontade de um rei.

3.5.2 GETÚLIO VARGAS (1882 – 1954)

A reconstrução de um Brasil economicamente forte, politicamente livre e socialmente justo

O objetivo que ora nos preocupa interessa mais diretamente a 27 milhões de brasileiros, distribuídos numa área que abrange mais de 3 milhões de quilômetros quadrados; ou seja, à metade da população brasileira e a 40% do território nacional. Mas, certamente, não se restringirão a essa área os benefícios advindos com o aproveitamento total das imensas possibilidades até hoje inexploradas. Os reflexos serão de âmbito nacional. Toda a economia do país será estimulada por novas energias. Uma linha constante de progresso material se estenderá do vale fértil e promissor até o planalto central e a planície amazônica, igualando todos os brasileiros no almejado padrão de bem-estar social.

Fonte: Fundação Alexandre de Gusmão. 2010. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/729-Discursos_selecionados_do_presidente_Getulio_Vargas.pdf. Consultado em: maio/2023.

Ainda que o presidente Vargas carregue a imagem de ditador, é possível encontrar em seu discurso um sinal de consideração ao outro (população). Baseado em uma ideia de progresso e da necessidade de aumento da capacidade da matriz energética, promete uma administração voltada ao bem-estar social. Não tratamos aqui de averiguar se esse bem-estar social foi entregue como proposto, mas de verificar que, no

plano discursivo, há compatibilidade com os ideais políticos dos filósofos estudados no período contemporâneo.

A atemporalidade fica evidente quando o orador discursa para um auditório de 27 milhões de brasileiros, distribuídos numa área de 3 milhões de quilômetros quadrados. A flexão na primeira pessoa do plural em “nos preocupa” associado ao “interessa a mais de 27 milhões de brasileiros” demonstra que o pronome oblíquo “nos” não entrelaça poder e população, governantes e governados. É um orador que profere um discurso para chegar a 27 milhões de pessoas.

Podemos encontrar o lugar da ordem na estimulação do uso de novas energias, ou seja, é melhor uma situação que permita o progresso ante outra que não aproveita as “imensas possibilidades até hoje inexploradas”. O lugar da qualidade também pode ser inferido, à medida que o bem-estar social, de acordo com o orador, só é possível conseguir por meio da estimulação da economia, a qual traz mais benefícios à população e torna-se mais vantajosa em termos qualitativos. O lugar da quantidade também está intrínseco, pois sustenta a opção de estimular a economia para gerar mais empregos e, por consequência, mais renda. Do ponto de vista quantitativo, portanto, argumenta que é melhor explorar as possibilidades energéticas. O argumento dos inseparáveis está presente na necessidade de exploração de energia para a estimulação da economia. Não seria possível ampliar a indústria sem que haja aumento da capacidade de gerar energia. Podemos verificar a dissociação entre o dito e os acontecimentos. A passagem “uma linha constante de progresso material” não teve, pelo orador, um período predeterminado. Aumentar a matriz energética do país não é a única condição necessária para estabelecer um crescimento econômico suficiente para um progresso contínuo. E, de fato, isso não ocorreu. A década de 1980, por exemplo, é tida como a “década perdida” pela estagnação econômica.

Em relação ao medo e à esperança, o discurso concorre muito mais para a esperança do que para o medo. As passagens “aproveitamento total das imensas possibilidades até hoje inexploradas”, “Os reflexos serão de âmbito nacional”, “Toda a economia do país será estimulada”, “uma linha constante de progresso material” e “igualando todos os brasileiros no almejado padrão de bem-estar social” denotam o apelo à esperança. O medo poderia ser inferido se o discurso colocasse em dúvida a entrega das promessas, mas esse excerto se encarregou de esperar o auditório.

3.5.3 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1931 – HOJE)

O impacto da globalização nos países em desenvolvimento

A verdade é que, independentemente dos vácuos teóricos existentes, já conhecemos o suficiente sobre a globalização para saber, com razoável perspectiva, quais os seus rumos prováveis e em que campo podemos atuar para amenizar alguns dos seus efeitos mais nocivos e, ao mesmo tempo, potencializar as

vantagens que estão surgindo, para darmos, nos próximos anos, um grande salto em direção à prosperidade com mais justiça social. A globalização, em suas diversas expressões, tornou-se um componente incontornável das decisões de Governo, condicionando escolhas no plano nacional e no de ações externas. Ora, isso não nos distancia do fato de que uma das mais importantes missões da ação política contemporânea é a de assegurar que o desenvolvimento esteja orientado por valores de acordo com os quais o ganho econômico só tem sentido se trouxer maior bem-estar para os cidadãos. Assim, a partir desse pressuposto, devemos encontrar os meios e os instrumentos de liderar os esforços de integrar nossos países nos novos padrões de produtividade e competitividade, única forma de obter o necessário crescimento econômico sustentável numa economia globalizada.

Fonte: Fundação Alexandre de Gusmão. 2010. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/636-Discursos_FHC.pdf. Consultado em: maio/2023.

A democracia debatida por Hegel, Marx, Arendt e Habermas está contida no discurso do orador. As passagens “quais os seus rumos prováveis” e “em que campos podemos atuar” demonstram a ausência de imposição e a necessidade de um debate para a realização de melhores escolhas. Os termos “amenizar”, “potencializar”, “em direção”, “escolhas”, “decisões”, “orientado”, “valores”, “bem-estar”, “sustentável” sugerem um ambiente de discussão de ideias. O discurso perpassa a condição de preocupação com o debate, de respeito a regras.

Sobre nossa perspectiva de atemporalidade, identificamos que, embora o discurso tenha um tom democrático, conciliador e tente criar um ambiente totalmente democrático, a condição de poucos que falam para muitos está presente. Na passagem “independentemente dos vácuos teóricos existentes, já conhecemos o suficiente [...]” fica marcado o entrelaçamento da figura do Presidente da República e o acadêmico que, automaticamente, exclui a maioria esmagadora da população brasileira. A flexão na primeira pessoa do plural em “conhecemos” não inclui a população, mas tão somente os intelectuais. As passagens “um componente incontornável das decisões de governo, condicionando escolhas no plano nacional e no de ações externas” e “devemos encontrar os meios e os instrumentos de liderar os esforços de integrar nossos países nos novos padrões de produtividade e competitividade” afirmam a ação de governo. A flexão na primeira pessoa do plural em “devemos” não justapõe governantes e governados, na medida em que “liderar os esforços” enseja manejar os agentes econômicos e não participá-los das decisões.

A lógica do verossímil fundamenta a estrutura do texto, pois a “verdade” trazida pelo orador não parte de uma estrutura lógica formal. Os termos “razoável perspectiva” e “rumos prováveis” mostram uma aposta sobre possíveis resultados futuros frente aos efeitos presentes da globalização. Encontramos o argumento pragmático, à medida que o orador coloca a globalização como incontornável e, por isso, há de adaptar-se a ela e “amenizar alguns dos seus efeitos mais nocivos”. O argumento de direção está presente nas passagens “potencializar as vantagens que estão surgindo”, “para darmos, nos próximos anos, um grande salto em

direção à prosperidade com mais justiça social”, as quais estabelecem as relações de entre os meios (potencializar as vantagens) e os fins (prosperidade com justiça social). O argumento de autoridade também está presente quando diz que o nível de conhecimento teórico já permite saber quais os rumos prováveis da globalização. A menção ao teórico invoca conhecimento científico e, por meio dessa alusão, dá o ar de autoridade para sustentar a escolha que faz. O argumento dos inseparáveis está na passagem “única forma de obter o necessário crescimento econômico sustentável”, ou seja, só é possível crescer ao aderir à globalização.

O medo e a esperança estão presentes no discurso. A globalização é um fenômeno recente, traz incertezas sobre a situação econômica e, ao mesmo tempo, o orador faz menção da existência de seus efeitos nocivos. O medo está presente na medida que os efeitos nocivos não foram supostos, mas colocados como verdade. Contudo, a esperança esteve presente a todo momento. É possível encontrá-la nas passagens: “já conhecemos o suficiente [...] com razoável perspectiva”, “potencializar as vantagens que estão surgindo”, “um grande salto em direção à prosperidade” e “assegurar que o desenvolvimento esteja orientado por valores de acordo com os quais o ganho econômico só tem sentido se trouxer maior bem-estar para os cidadãos”.

3.6 REFLEXÕES SOBRE AS ANÁLISES

Elaboramos três categorias de análises. A primeira só tinha o objetivo de identificar nos discursos analisados os preceitos de política teorizados pelos filósofos de época respectiva. A segunda era identificar a nossa perspectiva de atemporalidade, qual seja, o poder é exercido por uma minoria para direcionar e regular a vida da maioria. A terceira e última, ligada à passionalidade, tinha o objetivo de identificar o medo e a esperança como subterfúgios para a persuasão.

Sobre a primeira categoria, foi possível constatar que existe correlação entre o que os filósofos debatiam e teorizavam com o que os políticos de suas épocas usavam como premissa para persuadir.

Na Idade Clássica, Platão teve a preocupação de o poder ser ocupado por pessoas treinadas para promover a ordem social e evitar que o Estado chegasse ao estado de degenerescência. Aristóteles, por seu turno, advogava pela justa medida, pois a entendia como única forma possível de encontrar algum bem. Nos discursos de Sólon de Atenas e Demóstenes encontramos várias menções às virtudes humanas. É um indicativo de que os pensadores e os políticos da época estavam às voltas das mesmas questões. Alexandre Magno, contudo, foi exceção. Com discurso centrado na primeira pessoa do singular e em interesses próprios, mostrou que, embora sempre vivemos de forma política, a tirania tirou a possibilidade de participação e de qualquer forma de justiça. Isso nos permite dizer que a política, pela ótica de ser o local para encenar as soluções dos problemas relacionados à coexistência de forma pacífica, não encontra espaço em ambientes com extrema centralização de poder e falta de regra preestabelecida.

Na Idade Medieval, estudamos Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. O primeiro fez uma releitura de Platão e o segundo de Aristóteles, mas ambos almejavam utilizar da lógica da filosofia para dar razões à fé e, com isso, justificar a existência de Deus e que toda a política não passava de um estágio para que as pessoas fossem conduzidas à presença divina. Como a Igreja detinha muito poder político nessa época, em face da descentralização causada pelo sistema feudal, seus membros possuíam influência política e seus discursos podem ser comparados aos preceitos de Agostinho e de Aquino. O papa Gelásio I, por exemplo, criou uma hierarquia entre os poderes. Embora a política exercida pelos governantes tivesse sua autonomia, não poderiam interferir na autoridade dos sacerdotes e, ressaltava ainda, que essa autoridade era superior. O papa Gregório VII, ao fazer o discurso de deposição de um rei, levantava questões de ordem moral, ou seja, atacava o *ethos* do rei e reafirmava a superioridade de autoridade religiosa, condizente com a configuração política da época. O papa Nicolau V, por sua vez, de forma autoritária, à medida que não permitia nenhum tipo de dúvida sobre a autoridade apostólica, sentiu-se no direito de mandar “capturar e subjugar” qualquer um que reconhecesse como inimigo de Cristo. A superioridade da Igreja sobre a política cidadina era defendida por seus membros, de acordo com a superioridade trazida por Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

Na Idade Moderna, estudamos um número maior de filósofos. As ideias sobre política passaram por dois momentos distintos. O primeiro foi com Maquiavel. Dado o contexto de extremos conflitos causados pela descentralização do poder com o sistema feudal, esse filósofo propunha a canalização do poder e a garantia do uso de toda e qualquer ação que colaborasse com o fim desejado. O segundo momento foi marcado pelos demais filósofos: os contratualistas, os liberais e Kant. E todos, cada qual à sua maneira, advogaram pela necessidade da existência de regras predefinidas para que o poder, embora centralizado, garantisse as liberdades individuais. Os discursos analisados, por seu lado, não respeitaram a mesma ordem, mas passaram por fases mais e menos absolutistas. De outro lado, um discurso colado nas concepções de Maquiavel. O rei Luís XIV exacerbou a centralização do poder. Retirou qualquer institucionalização e tornou-o pessoal. Traçou um sinal de igual entre poder e Luís XIV. De outro lado, discursos mais aproximados com o grupo de filósofos do segundo momento. A Rainha Elisabeth I usou seu discurso para uma espécie de comunhão com seus governados. Embora soberana, não utilizou a força que conferia a sua soberania para persuadir seus governados a lutar pela Inglaterra. O Rei George III, diante da tensão da perda de um território, persuadiu seu povo a não sacrificar mais a Inglaterra com a guerra e partir para uma nova política. Ofereceu razões para persuadir, sem usar de sua soberania para forçar seus governados a aderir a suas propostas. O pensamento dos filósofos correspondia aos discursos. Independentemente da cronologia dos fatos, houve correlação entre os pensamentos sobre a política e os discursos políticos.

Já os filósofos Hegel, Marx, Arendt e Habermas, que representam, nesta pesquisa, as ideias políticas da Idade Contemporânea, fizeram um retorno à Idade Clássica. Reforçaram a necessidade da democracia, adaptada ao contexto atual, de

maior densidade demográfica e, em razão disso, da dificuldade de uma participação direta e constante. Os dois primeiros, Hegel e Marx, propuseram, em diferentes perspectivas, a necessidade de criar mecanismos para diminuir ou “eliminar” as contradições sociais. Os dois últimos, Arendt e Habermas, foram mais fiéis ao modelo grego antigo e lançaram mão do diálogo como forma de diminuir as contradições sociais e colocar o poder no caminho dos anseios dos governados. Os discursos analisados se aproximaram dessa concepção democrática. Prudente de Moraes, que assume o poder em época de tensão entre república e monarquia, ressaltou os benefícios da república frente à monarquia e ancorou a vitória da república à opinião dos Estados e não ao uso da força. Getúlio Vargas, embora tido como ditador, objetivou o progresso como mola propulsora do bem-estar social. Sem levar em consideração se o interesse vigente era do grande capital financeiro, usou o bem-estar social como argumento para persuadir os governados. Fernando Henrique Cardoso, por fim, trouxe alguns dos ideais democráticos em seu discurso. Baseado no princípio de ativar a economia dentro dos moldes da globalização, justificou a necessidade de integrar os países em desenvolvimento dentro dos padrões de produtividade e competitividade como forma de gerar crescimento sustentável e maior bem-estar aos governados.

Para finalizar as conclusões sobre a primeira categoria, foi possível constatar que, de fato, os filósofos não debateram a política como forma de tão somente superar as ideias dos filósofos que enunciaram antes deles. Havia a necessidade de encontrar respostas aos problemas que faziam parte de seus tempos, o que colaborou para a afirmação de que a política é o palco onde se encenam as soluções relacionadas aos problemas da coexistência.

Sobre a segunda categoria de análise, dentro da nossa perspectiva de atemporalidade, foi possível verificar a existência de uma relação discursiva de um governante ou pequeno grupo de governantes para a maioria dos governados. Ainda que os períodos analisados tenham oscilados entre serem menos ou mais democráticos, o poder nunca foi compartilhado com a massa, nem mesmo em épocas em que a democracia foi mais acentuada.

No período clássico, analisamos três discursos, dos quais dois tinham maior relação com um ambiente democrático e um terceiro totalmente tirano. Contudo, isso não fez muita diferença sob o ponto de vista do não compartilhamento dos debates sobre as decisões a serem tomadas. É claro que Alexandre Magno, por ter sido um tirano, intensificou a centralização do poder, à medida que se rotula como superior, dotado de todas as forças para passar por cima de qualquer um que o desafiasse. Os outros dois, no entanto, falam com um viés mais democrático. Sólon de Atenas, por exemplo, embora não tenha falado no auge da democracia grega, preocupa-se com seu *ethos*, em ressaltar sua adesão às ações justas e harmoniosas, porque, de alguma forma, já considerava o julgamento dos governados. Porém, fala na primeira pessoa, ressaltou as próprias ações e em nenhum momento faz um convite aos governados para uma decisão conjunta. Já Demóstenes, um dos políticos que representou o ápice da democracia na Grécia antiga, fala aos governados, dá razões às suas escolhas.

Entretanto, ainda que tenha se esforçado para persuadir, não há participação das proposições das ações postas em decisão. Trata-se, na melhor das hipóteses, de um auditório que vai dizer “sim” ou “não” à proposta apresentada, e não ser convidado a debater as opções possíveis.

A Igreja, na Idade Média, não deixou dúvidas sobre a nossa perspectiva de atemporalidade. O poder papal segregou o poder da Igreja e o poder administrativo da cidade e decretou superioridade do primeiro sobre o segundo. Providos de muito poder político em face da posse de terras em período de economia feudal, os representantes da Igreja governaram com supremacia. O papa Gelásio I, logo no início do período medieval, já fez questão de impor a superioridade da Igreja sobre a política citadina. Com isso, o poder maior era prerrogativa dos membros da Igreja e o discurso foi dirigido a um monarca, ou seja, os governados nem aparecerem no contexto discursivo. O Papa Gregório VII, por sua vez, interferiu no régio poder; julgou o Rei Henrique IV pelas suas condutas e, por conflitarem as regras da Igreja, retirou-o de seu trono. Com um discurso de quem foi porta-voz de Deus, deportou-o do poder sem nenhuma consulta aos governados. O Papa Nicolau V, por sua vez, concede ao rei D. Afonso V, baseado somente na Autoridade Apostólica, permissão para invadir, buscar, capturar sarracenos e pagãos e reduzi-los à perpétua escravidão. A era medieval foi a mais expressiva em termos de atemporalidade sob a perspectiva desta pesquisa. A política era regida pelo poder da Igreja e os governados não tinham nenhum tipo de representação. Eram fadados à obediência.

Na Idade Moderna, houve um comportamento parecido com o da Idade Clássica. Dois discursos tentam se mostrar democráticos e um deles é totalmente tirano. O Rei Luís XIV não deixa nenhuma margem de dúvida sobre o fato de ser detentor de um poder centralizado e não deixar espaço algum à participação dos governados. A Rainha Elizabeth I discursa de forma menos truculenta, mas incita os governados a segui-la, e não a participar da decisão sobre o que deveria ser feito. Embora o tom do discurso seja muito menos tirano, em relação ao de Luís XIV, é claro que fala aos governados com decisão já tomada. O rei George III é o que mais discursa com características democráticas, mas faz muito mais o uso de uma figura de comunhão, como se envolvesse todos na tomada de decisão, do que um convite para debater sobre o que fazer, pois as escolhas já tinham sido realizadas. Por fim, vale dizer que na Idade Média, embora houvesse discursos que levavam em consideração as expectativas do auditório, em função da investida em persuadir, as decisões não eram colocadas em debate. O esforço recaía sobre a necessidade de justificar a decisão tomada.

O fim dos reinados absolutistas abriu o período contemporâneo e, ainda que o movimento de retorno à democracia ganhasse força e, ao menos discursivamente, o tom da comunicação entre governantes e seus governados tenha sido menos impositivo e mais preocupado em justificar as ações governamentais, não alterou em nada o fato de que poucos falam para muitos. O discurso de posse de Prudente de Moraes demonstra sua preferência ao regime republicano e justifica a escolha ao ressaltar os benefícios da autonomia aos Estados e os malefícios da centralização do regime monárquico. Em nenhum momento, no entanto, menciona o interesse dos

governados nem qualquer tipo de consulta prévia. O discurso foi realizado como decisão tomada e dá as razões que levaram à escolha em resistir o movimento restaurador. Getúlio Vargas, por sua vez, profere um discurso que contém, em seu título, os termos “reconstrução”, “livre” e “justo”, mas a decisão de como reconstruir para tornar o país politicamente livre e socialmente justo não entra em pauta em nenhum momento. Vargas decidiu que a ampliação da matriz energética e, por consequência, o aumento da industrialização do país abriria uma linha constante de progresso material, sem a qual jamais o Brasil chegaria a um padrão de bem-estar social. Ainda que o discurso, no plano discursivo, coloque os governados como beneficiários da ação, em momento algum são envolvidos na tomada de decisão e, ainda, na possibilidade de ofertar outras opções. Por último, Fernando Henrique Cardoso, presidente após a vigência da Constituição de 1988, que em seu preâmbulo se rotula como Estado democrático, isto é, a democracia já era tida como questão de constituição da nação brasileira e afirmada por meio da lei maior do país, traz em seu discurso, de forma análoga a Getúlio Vargas, uma preocupação com o bem-estar social. Todavia, sua fala, por mencionar o termo “teóricos” restringe os conhecimentos necessários à tomada de decisão por um pequeno grupo de acadêmicos que estudaram o assunto globalização. No papel de teórico e presidente da república, decidiu que o país precisa se adaptar às exigências de produtividade e competitividade impostos pela globalização como um elemento necessário ao crescimento sustentável. Em momento algum foi colocado em discussão se o país deveria ou não aderir às imposições da globalização. Foi uma demanda decidida pela autoridade do presidente subsidiada pela figura do acadêmico.

Por fim, foi possível inferir, pelos discursos analisados, que a relação entre governantes e governados não se alterou, sob o ponto de vista da comunicação de poucos para muitos, de acordo com o regime de governo adotado em cada período. Quando o governante era tirano, não havia dúvidas: um falava e o restante obedecia. Quando o governo tinha o trabalho de envolver os governados, acontecia somente no plano da divulgação. Ofereciam razões que não entravam em discussão.

Em nossa terceira e última categoria de análise, ativemo-nos à questão da passionalidade. Ocupamo-nos em analisar se havia a possibilidade de tomar decisão cem por cento do tempo e das vezes somente com o uso da razão e, caso a paixão estivesse presente, se o medo e a esperança eram utilizados como estratégia para persuasão. Foi possível verificar que a paixão sempre esteve presente no discurso político. Pudemos constatar que o medo e a esperança sempre foram insumos da persuasão. Ora, só o medo, ora só a esperança, ora a esperança como antídoto ao medo.

Na Idade Clássica, tanto Sólon de Atenas quanto Demóstenes, em seus discursos, utilizam-se do medo como estratégias para persuasão e oferecem a esperança como saída. O primeiro se atém às questões da imagem de um governador e ressalta a justiça como o caminho implacável, isto é, seja justo, caso contrário, não passará despercebido pela vingança de Zeus. A esperança fica intrínseca. Ao ser justo, seria contemplado com a morada dos Deuses. Demóstenes, já em contexto em que a filosofia e a retórica estavam mais presentes, dá razões mais racionais ao medo.

Contrário às ações do Rei Filipe incita os governados a combatê-lo sob pena de ser vítima dos mandos e desmandos do referido rei. A esperança é trazida pelo enfrenamento ao rei, para conseguir a liberdade e as vantagens de não viver sob a tirania. Alexandre Magno, por sua vez, limita-se a espalhar o medo. Como não objetiva nenhum tipo de consenso, não se preocupa em oferecer algum tipo de esperança caso os governados aderissem às suas pautas.

Os papas, na Idade Média, faziam do medo um mistério. Como se autorrotulavam autoridades com acesso aos planos de Deus para os homens na terra, o medo e a esperança andavam *pari e passu*, na medida em que o primeiro foi usado como instrumento para impor os interesses da Igreja e o segundo como recompensa pela obediência. Em seu discurso, o papa Gelásio I utiliza a crença como repreenda. As razões para seguirem suas recomendações são dadas por meio de um ocultismo do qual só os membros da Igreja tinham acesso. A esperança, atrelada ao medo, era a salvação, garantida aos devotados. O papa Gregório VII destaca, baseado no poder que lhe foi entregue diretamente por Deus, que toda desobediência aos conselhos dos membros da Igreja poderia ser punida, o que provoca o medo de seus fiéis. A esperança é realçada na adesão aos preceitos da Igreja, que garantia o fechamento das portas do inferno. O papa Nicolau V traz a questão para o lado prático: o poder do papa é soberano e, a quem se opuser às suas diretrizes, seria dado o devido castigo. O medo é incitado por razões de ordem social (Autoridade Apostólica) e a esperança vem na mesma ação, isto é, não se opor aos desígnios de Deus, transcritos nas regras da Igreja, garantiria a liberdade e o direito à propriedade.

Na Idade Moderna, temos a representação de cada uma das variantes como estratégia argumentativa: a esperança, o medo e a esperança como estratégia para superar o medo. A Rainha Elizabeth I faz um discurso muito mais pautado na esperança, na medida em que se utiliza da figura de comunhão com seus governados para sacrificar-se por qualquer combate. Obviamente, o combate pode incitar o medo, mas a ênfase do discurso esteve na exaltação de uma rainha forte, capaz de proteger seu reino e seu povo. O Rei Luís XIV centralizava o poder de tal maneira que se abdicou da necessidade de qualquer adesão por parte dos seus governados. O seu discurso se ocupa em ressaltar seu poder em todas as dimensões políticas, sejam legislativas, judiciárias ou executivas. O Rei George III, por sua vez, situa-se entre os anteriores. Elenca o fracasso na manutenção da América como colônia e a escassez de recursos para continuar na luta para restabelecê-la como colônia para incitar o medo, mas, ao mesmo tempo, projeta um cenário de vantagens comerciais em tê-la como nação parceira em vez de colônia.

Os presidentes da República Federativa do Brasil, representantes, nesta pesquisa, da Idade Contemporânea, traçaram, todos, uma estratégia para esperançar seus auditórios como opção de tirar o país das mazelas que se encontrava. Houve um antes e um depois em seus discursos. O presidente Prudente de Moraes discursou sobre as mazelas da monarquia, dos efeitos deletérios da centralização do poder na figura do rei e a asfixia econômica dos Estados e, por consequência, da população. Advoga para a manutenção da república que, em sua visão, traria o benefício da autonomia

e da administração dos próprios recursos. O antes, na figura da monarquia, estava ligado ao medo. O depois, na figura da república, ligado à esperança. Getúlio Vargas, autor de um discurso que continha “reconstrução” em seu título, projeta o futuro com a promessa de geração de uma matriz energética capaz de suportar o crescimento econômico de forma a angariar o almejado padrão de bem-estar social. O antes, associado à falta de aproveitamento das possibilidades de exploração de energia, está ligado ao medo. O depois, associado ao investimento necessário e dinamização da economia que, por consequência, traria benefícios sociais, está ligado à esperança. Fernando Henrique Cardoso, por fim, investiu no discurso da inserção do Brasil no movimento da globalização. Dada por ele como inevitável, atrelou o atingimento do bem-estar social ao enquadramento do país nos novos padrões de produtividade e competitividade. Antes da globalização, na visão desse orador, um padrão de produção que isolava o país do cenário internacional, ligado ao medo. Depois da globalização e ao aderir às premissas de produção e competitividade comercial, a esperança de um bem-estar social.

Por fim, em relação à terceira categoria de análise, foi possível inferir que o medo, a esperança, ou uma combinação de ambos, sempre estiveram presentes nos discursos políticos analisados. Independentemente da relação entre os governantes e os seus governados, o medo e a esperança sempre perpassam as estratégias para se chegar à persuasão, seja para aderir a uma proposta, seja para não se opor a ela.